



 ELEIÇÕES >> AdUFRJ

PRIMEIRO DEBATE ENTRE AS CHAPAS QUE DISPUTAM A DIRETORIA ACONTECE DIA 3

NESTA EDIÇÃO, AS CHAPAS RESPONDEM POR QUE SE FILIAR À ADUFRJ E O QUE FARÃO PELOS DOCENTES

INSCRIÇÕES PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES VÃO ATÉ O DIA 2

RETORNO INSEGURO

No momento em que a variante delta toma conta do país e com as universidades sem repasses do governo para adaptar a estrutura à pandemia, o Ministério Público quer a volta das aulas presenciais em outubro. Em audiência judicial na última terça-feira, o MP recuou de sua proposta inicial de retorno geral até 18 de outubro e propôs um modelo híbrido a ser implantado no mesmo prazo. A universidade argumenta que não há recursos para o retorno seguro e que a prioridade é a saúde da comunidade acadêmica. Outras universidades, como USP e UFMG, estabeleceram datas para a volta das atividades de ensino aos campi.

EDITORIAL

A ESCRAVIDÃO LEGOU-NOS A INSENSIBILIDADE...

DIRETORIA

Esse foi o título do editorial de novembro de 2019, quando, após os primeiros 30 dias de mandato à frente da diretoria da AdUFRJ, dedicamos uma edição do jornal inteiramente em homenagem ao Dia da Consciência Negra. Falávamos de um legado monstruoso, cuja dimensão não tem paralelo entre as nações modernas, tanto por sua dimensão temporal — foram mais de três séculos —, quanto por sua dimensão quantitativa, pois contam-se aos milhões as pessoas que foram arrancadas de suas vidas, trazidas à força ao Brasil e escravizadas. Nenhuma formação social pode conviver impunemente com um quadro dessa gravidade. Há apenas uma década, a universidade começou a implantar medidas que buscam alterar em profundidade um cenário que pouco havia mudado nos últimos cem anos. Hoje as expressões “lugar de fala” e “racismo estrutural” difundiram-se de tal forma que integram de modo cotidiano tantas de nossas conversas. Mas, para sairmos de fato deste imbróglio histórico, precisamos encarar de modo radical e consciente que não somos alheios a essa realidade: o racismo, filho direto dessa realidade, habita em todos nós. O que começamos a viver na semana que se encerra (veja na página 5) pode ser uma grande possibilidade para a universidade encarar a si mesma e as suas tradições e buscar uma saída que fortaleça um círculo virtuoso de enfrentamento de seu racismo estrutural. A universidade não está alheia ao mundo que a forma, mas, se quiser cumprir seu pa-



pel, deverá ser também um espaço de liberdade autêntica, projeção de uma sociedade mais justa. A primeira e fundamental lição que tiramos desses últimos dias é que não poderá haver qualquer tolerância a práticas discriminatórias, venha de quem vier.

Não é pouco significativo que um conflito entre dois professores, no Departamento de Ciência Política, coloque a nu nossas mazelas. Diversas notas circulam pela universidade, além de um relato apresentado pelo grupo de professores que esteve envolvido na denúncia. Há em tudo isso um fato incontestável: um professor negro se sentiu profundamente atingido numa discussão sobre a constituição de banca para concurso em que pleiteava a sua participação e, por isso, recorreu ao Coletivo de Docentes Negros e Negras da UFRJ. Foi imediatamente acolhido, assim como a sua reivindicação de uma rigorosa apuração do ocorrido, que está expressa numa petição pública de ampla repercussão. Há nessa movimentação toda uma possibilidade que a UFRJ não pode perder. O desafio está lançado: precisamos ser absolutamente intolerantes com qualquer prática de discriminação racial e o processo para garantir a sua apuração e até mesmo uma eventual punição precisa também reafirmar e aprofundar a nossa experiência democrática, aprimorar o funcionamento institucional, consolidar práticas que multipliquem uma nova consciência. E para isso trabalharemos de modo incansável, e estaremos sempre, de modo incondicional e solidário, junto a todas as ações que protejam a vida, valorizem, reconheçam e expandam a participação de negros e negras na vida universitária. Desde a sua articulação e criação, acompanhamos as ações e subscrevemos as reivindicações do Coletivo de Docentes Negros e Negras da UFRJ, respeitando sua autonomia e protagonismo.

Que tudo isso nos aproxime mais, abra novos diálogos e construa a universidade plural que nos foi negada nos últimos 100 anos. Que o legado de nossa geração seja mais bem-sucedido ao romper as amarras da rede de insensibilidade tecida pelos séculos de exclusão, violência e perversidade.

RETORNO PRESENCIAL (IN)SEGURO

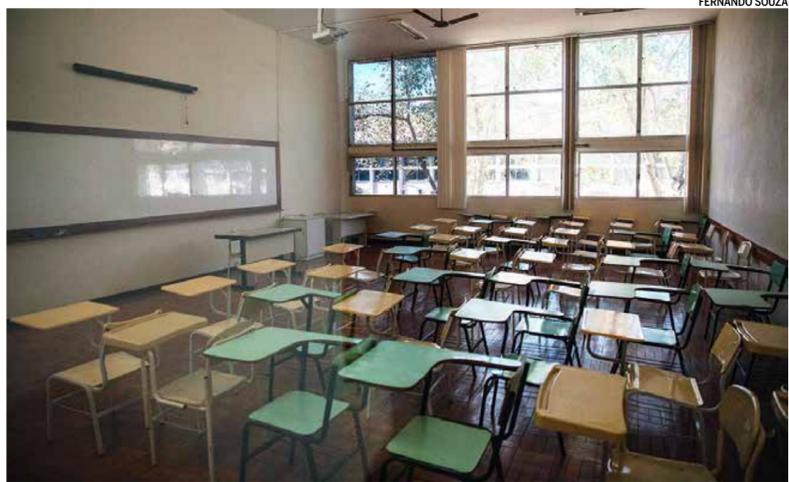
UFRJ recusa proposta do MP para volta às aulas presenciais

> Ministério Público, que antes exigia volta até 18 de outubro, propõe modelo de faixas epidemiológicas, mas cobra que algum tipo de retorno presencial ocorra em outubro. UFRJ não aceita. Governo não repassou recursos

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Diferente, mas ainda inaceitável. O Ministério Público Federal (MPF) mudou sua proposta para o retorno presencial das aulas nas universidades do Rio. No início de uma ação civil pública em tramitação na 15ª Vara Federal, o MPF exigia a volta integral das atividades, sem condicionantes. Agora, os procuradores do MPF cobram que as instituições ofereçam um percentual de aulas presenciais de acordo com as faixas de alerta epidemiológico emitido pelo estado. O novo sistema, submetido à avaliação das universidades, deveria entrar em vigor até 18 de outubro. No caso de bandeiras verde ou amarela, que representam riscos muito baixo e baixo, respectivamente, 100% das atividades de ensino ocorreriam normalmente nos campi. O percentual de aulas presenciais seria reduzido com a mudança do alerta. No caso de bandeira laranja, ou risco moderado, 70% das aulas teriam que ser oferecidas nas salas e laboratórios das universidades. As demais continuariam remotas. Com a bandeira vermelha, de risco alto, 40%.

A bandeira roxa, de risco muito alto, não foi mencionada explicitamente na recomendação do MPF. Mas o texto diz que, nos municípios em que Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro prescrever que há impedimento para a ministração de aulas presenciais na Rede Pública Estadual, as instituições



SEM SEPARAÇÃO Sala do CT, com carteiras coladas umas nas outras, é exemplo do imenso trabalho de adaptação

deverão prestar o serviço público de ensino na forma remota. A proposta foi apresentada em uma audiência de conciliação realizada no dia 24, entre os procuradores do MPF e os representantes das instituições de educação. A juíza Carmen Silvia, responsável pelo caso, deu prazo para as instituições apresentarem contrapropostas e suspendeu o encontro. Uma nova audiência está marcada para a próxima quinta, 2 de setembro, já para avaliar as contrapropostas.

Reitor em exercício da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha não concorda com a nova proposta do MPF. “Não podemos aceitar a proposta neste formato”. O dirigente diz que a universidade vai manter o posicionamento de não alterar o atual período, já iniciado em meio remoto. E que somente as aulas práticas e trabalhos de campo poderiam ser retomados no início do próximo semestre letivo, em 16 de novembro. Isso se as condições sanitárias permitirem. “Sempre depende das condições sanitárias”, afirma o professor.

SEM ORÇAMENTO Mas não só. Por falta de verbas, a transição para o presencial não seria nada fácil nem se a pandemia estivesse controlada no Brasil. Pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, o professor Eduardo Raupp destaca que um eventual retorno das aulas aos campi vai demandar mais gastos com a manutenção básica da instituição. “E a Universidade já está com orçamento deficitário para cumprimento dos contratos vigentes”, afirma. O dirigente cita como exem-

plos a ampliação das despesas com os serviços de limpeza para garantir ambientes adequadamente higienizados, as obras de adequação das salas, laboratórios e restaurantes universitários. Também seria necessária a compra de grande quantidade de álcool 70%, testes para covid-19 e equipamentos de proteção individual, além do aumento da frota de ônibus para os deslocamentos entre os campi e dentro da Cidade Universitária. “Buscando manter o distanciamento recomendado dentro dos ônibus”, explica Raupp. Os veículos também precisariam passar por adaptações. Hoje, eles não permitem a abertura de janelas.

Em março deste ano, informa o dirigente, o MEC solicitou uma estimativa das universidades sobre os recursos necessários para o enfrentamento emergencial da covid-19. A proposta

da UFRJ, no valor total de R\$ 141 milhões, cobria as atividades assistenciais dos hospitais, o investimento no desenvolvimento de vacinas e o retorno de aulas práticas presenciais e aulas de campo. Esta última parte demandaria R\$ 13 milhões. Em abril, o MEC encaminhou nota técnica do Ministério da Economia descartando a suplementação. Somente os recursos para os hospitais foram parcialmente liberados (R\$ 33 milhões), mas ainda dependem de aprovação do Congresso Nacional. Para as aulas, nenhum centavo.

INDIGNAÇÃO Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller afirma que toda a comunidade acadêmica está ansiosa para voltar aos campi: “A gente concorda que tem que discutir a volta. Mas não desse jeito. O governo não tem política sanitária e não nos dá dotação orçamentária para planejar a volta”, diz. “É desnecessário esse tipo de intervenção demagógica e irresponsável”, completa.

Também diretor da AdUFRJ, o professor Felipe Rosa faz parte do Conselho de Ensino de Graduação e acrescenta: “Temos discutido a volta de forma muito intensa. Não é como se a gente estivesse satisfeito e o MPF tem que chegar e colocar ordem na casa. Isso não tem relação com a realidade”, critica.

Representante do DCE, Antônio Velloso também considera que a proposta do MPF desrespeita a autonomia universitária. “A UFRJ tem um plano de retorno gradual que se inicia com as atividades práticas, mas isso tudo passa pelo debate e deliberação dentro dos colegiados. Agora, o MPF quer passar por cima disso”. (colaborou Liz Mota Almeida)

ELEIÇÕES >> AdUFRJ

ELEIÇÕES >> AdUFRJ

PRIMEIRO DEBATE ENTRE AS CHAPAS

PARTICIPE!

03/09 SEXTA 13H

TRANSMISSÃO PELOS CANAIS DO SINDICATO NO YOUTUBE E NO FACEBOOK

DEBATE ENTRE AS CHAPAS ACONTECE DIA 3

O primeiro debate entre as chapas que disputam a diretoria da AdUFRJ já tem data e horário. Será dia 3 de setembro, às 13h. Por conta da pandemia, o evento acontecerá de forma remota e terá transmissão pelos canais do sindicato no YouTube e no Facebook. Dois grupos concorrem. O professor João Torres, do Instituto de Física, é o candidato a presidente pela chapa 1, que apoia a atual diretoria. A professora Cláudia Piccinini, da Faculdade de Educação, é a candidata a presidente pela chapa 2, de oposição à atual gestão.

“Será um desafio fazer um debate virtual, mas várias associações docentes já têm realizado debates nesse formato e têm sido muito frutíferos”, destaca o presidente da Comissão Eleitoral, professor Hélio de Mattos.

Cada chapa terá 20 minutos para discorrer sobre seu programa e desafios para os próximos dois anos. A ordem de apresentação será por sorteio. Quem falar primeiro neste debate será o segundo a expor suas ideias no próximo debate, previsto para acontecer na segunda semana de setembro. Os docentes poderão enviar perguntas às chapas pelas redes sociais.

RECADASTRAMENTO ATUALIZE SEUS DADOS

[HTTPS://CADASTRO.ADUFRJ.ORG.BR](https://cadastro.adufjrj.org.br)

ATUALIZE SEUS DADOS E PARTICIPE DA ELEIÇÃO

A AdUFRJ ainda não conseguiu contatar por e-mail 256 professores que poderiam não conseguir votar nas eleições, se não atualizarem seus correios eletrônicos. A secretaria enviará, para esses docentes, correspondência pelos Correios com a convocação para informarem os dados completos de cadastro. Têm direito a participar da eleição cerca de 3.500 professores sindicalizados.

Para se cadastrar, basta acessar a página da AdUFRJ (www.adufjrj.org.br – aba “atualize seus dados”) ou o hotsite (cadastro.adufjrj.org.br). Toda a divulgação dos materiais relativos à eleição e do próprio link da votação vai ocorrer por e-mail, por isso é fundamental estar em dia com suas informações de contato.

No primeiro acesso, o professor deverá clicar em “esqueci minha senha” e informar o e-mail pelo qual recebe as informações da AdUFRJ. Será enviado um link para definir a senha. A partir daí, é só atualizar os dados pessoais e profissionais. Caso receba a mensagem “e-mail não encontrado”, é preciso entrar em contato com a secretaria pelo número de whatsapp (21) 99365-4514. Outras formas de contato são o e-mail secretaria@adufjrj.org.br ou os telefones (21) 99365-4514 e 99808-0672.

CONSELHO DE REPRESENTANTES: INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 2

Quinta-feira, dia 2 de setembro, é o prazo final para a inscrição de candidatos ao Conselho de Representantes da AdUFRJ. As inscrições devem ser feitas por meio de listas, que podem ter de um a seis candidatos. Os docentes interessados podem se candidatar preenchendo dois formulários. O primeiro é a lista para candidaturas. O segundo, uma declaração de aceite da inscrição e de que o docente não possui cargos de direção na UFRJ ou em outro órgão da administração pública. Após preenchidos e assinados, os formulários devem ser enviados para o e-mail secretaria@adufjrj.org.br até às 23h59min do dia 2. Os documentos e outros esclarecimentos podem ser encontrados no site da AdUFRJ, aba “Inscrições para o CR”. Os regimentos Geral e Eleitoral do sindicato também estão disponíveis no site, na aba “Institucional”.

PROGRAMAS DAS CHAPAS

A eleição da AdUFRJ está chegando e nosso jornal está empenhado em informar aos sindicalizados sobre cada uma das chapas que disputam a diretoria. Sob o princípio da imparcialidade, disponibilizamos espaços idênticos para que cada grupo responda a questões políticas e sobre o dia a dia docente. Nesta edição, as chapas apontam as razões de se filiar à AdUFRJ e o que pretendem oferecer aos sindicalizados. Há, também, um encarte de quatro páginas, solicitado pela Comissão Eleitoral, para apresentar os programas das duas chapas, enviado por e-mail e disponível em nosso site.

PROFESSORES CRITICAM PLANOS DE RETORNO NA USP E UFMG

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufjrj.org.br

Enquanto a UFRJ planeja seu retorno aos campi com calma e de olho nos índices epidemiológicos, duas grandes universidades do país já resolveram estabelecer datas para a volta das aulas presenciais. Na USP, o retorno presencial compulsório foi determinado para os estudantes de graduação, em 4 de outubro. Será necessário comprovar o ciclo de vacinação completo: ou seja, ter duas semanas após a segunda dose, como um “passa-

portante” para a sala de aula. “Esse posicionamento está alinhado com o governo (de João Doria (PSDB)). A tônica do governo do estado e do reitor é que a pandemia acabou”, critica a presidente da ADUSP, Michele Schultz. A medida, segundo ela, não passou pelos colegiados superiores da universidade.

Uma das principais preocupações é com o deslocamento para a universidade. “Sou docente da USP Leste. São cerca de cinco mil estudantes e o acesso se dá principalmente pelo transporte público, o trem”, conta. “Os trens com destino à zona leste são ab-

solutamente lotados, e a reitoria está ignorando situações como essa”, completa.

A professora destaca que isso ocorre num momento em que vários especialistas apontam o agravante da variante delta, e há a discussão da necessidade da terceira dose para idosos. Em uma reunião com a reitoria, foi questionado quem verificaria as carteirinhas de vacinação, mas a pergunta ficou sem resposta. “Estamos a 40 dias do retorno das aulas e estou bastante incomodada com isso”, conclui a presidente do sindicato. Na Universidade Federal de Mi-

nas Gerais (UFMG), uma resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) estabeleceu 13 de outubro como data de início do chamado ensino híbrido. Cada curso de graduação deve desenvolver um projeto de retorno, que pode ocorrer de três formas: com o ensino completamente remoto; com momentos presenciais; e totalmente presencial. Mas não existem recursos dentro da universidade para adaptação às normas de biossegurança.

O sindicato docente local (APUBH) acredita que a UFMG tem que arcar com os equipa-

mentos de proteção individual completos, posicionar tapetes para higienização dos pés, distribuir álcool em gel e máscaras para toda a comunidade. “Como empregados, precisamos exigir dos nossos empregadores equipamentos suficientes para quem estará arriscando suas vidas neste retorno”, afirma a professora Maria Luiza Araújo, diretora da APUBH. O sindicato não descarta a possibilidade de uma greve ou de medidas judiciais para a defesa da vida e saúde dos docentes, estudantes, técnicos e seus familiares.

CIÊNCIA SEM MORDAÇA

Observatório do Conhecimento e SBPC lançam pesquisa nacional sobre cerceamento nas universidades

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrj.org.br

No encontro virtual de lançamento da pesquisa “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?”, na quinta-feira (19), um dos testemunhos mais marcantes sobre o cerco à livre expressão do pensamento no país veio de Conrado Hubner, professor de Diretor Constitucional da Universidade de São Paulo (USP) e colunista do jornal Folha de S. Paulo. “Intimidação é a tentativa de produzir medo e apreensão. E, nesse sentido, escolher alguns alvos para assediar, preferencialmente por instrumentos jurídicos, é estratégico. Eu acabei virando, há poucos meses, um desses alvos por um artigo que escrevi na Folha e por dois ou três tuites”, relatou o professor no evento, que teve a mediação da jornalista Mônica Waldvogel.

Hubner responde queixa-crime pelos crimes de calúnia, injúria e difamação, apresentada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. “Com base nos mesmos fatos, ele me representou na Universidade de São Paulo, solicitando que meu caso fosse encaminhado à Comissão de Ética”, acrescentou o professor.

“O que faz os poderes máximos de uma República intimidarem e humilharem um professor universitário?”, questionou Debora Diniz. Licenciada sem vencimentos, a docente da Universidade de Brasília (UnB) vive fora do país, há três anos, em função de ameaças de morte por atuação relacionada à bioética e aos direitos reprodutivos das mulheres. Debora falou sobre a inversão de valores que culpa a vítima pelas perseguições sofridas. “É a instalação de uma pararealidade”, disse. “Nós passamos a responder: será que ela não deveria ter escrito de outro jeito? E, com isso, nos confundimos nesse processo”.

Conhecido pelos posicionamentos críticos à política de Saúde do governo federal durante a pandemia de covid-19, o epidemiologista Pedro Hallal, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPE), trouxe outros relatos de constrangimento. “A gente é atacado na nossa liberdade de apresentar os resultados das nossas próprias pesquisas”, afirmou. “O



“A liberdade de escolha democrática nas universidades está prejudicada. A própria liberdade de financiamento está desprotegida por um histórico, no Brasil, de uma confusão muito grande entre as políticas de Estado e as políticas de governo.”

Pedro Hallal

“[As perseguições] têm um efeito contagioso. No meu caso, como são muito gravosas à universidade, a vítima passa a ter um efeito radioativo. Ela não pode estar em comum espaço aos outros. Ela não pode existir como um corpo na esfera pública sem um dever de proteção, pelo caráter difuso das ameaças de colocar os outros em risco. Por esse caráter contagioso, elasimpõem uma censura antecipada. O medo de se tornar esse personagem radioativo impõe uma autocensura, qualquer que seja a agenda de pesquisa.”

Debora Diniz

“Um professor que considera golpe o impeachment de 2016 criou um curso, concordemos ou não com o termo. E o ministro da Educação, à época, antes mesmo desse governo, interferiu. Houve um movimento de reação bonito, mas é uma interferência concreta. Durante o período eleitoral de 2018, a polícia invadiu o espaço da universidade, interrompendo aulas, debates etc. São formas sérias de ataque à liberdade acadêmica.”

Conrado Hubner

caso mais grosseiro que aconteceu comigo foi coordenar uma pesquisa de âmbito nacional que teve uma coletiva de imprensa do Ministério da Saúde em que eu tive suprimido um slide que mostrava a desigualdade étnico-racial na distribuição da covid-19 no Brasil”. Esse caso foi relatado pelo próprio Hallal na CPI da Pandemia do Senado Federal.

Os três casos ganharam visibilidade em função da rede de solidariedade formada em torno dos pesquisadores. Contudo, segundo Maria Clara Santos, do Observatório do Conhecimento, a pesquisa sobre violações e ameaças à liberdade de cátedra pretende jogar luz sobre todos os tipos de censura. “Queremos

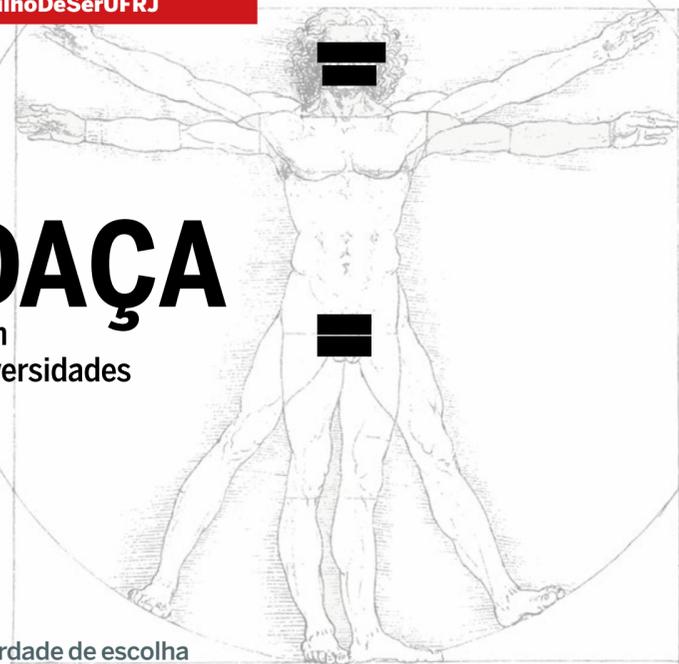
saber tanto dos casos graves e de grande repercussão, como dos que envolvem as pequenas nuances da perda de liberdade e autonomia acadêmica em nosso dia a dia”, afirmou.

Entre as ameaças mais sutis à democracia nas universidades, docentes e pesquisadores citam o desrespeito à autonomia para escolha de reitores, o estrangulamento financeiro das universidades e a imposição de critérios não acadêmicos para aprovação de eventos por agências de fomento. “Produzir dados da realidade hoje é uma ato de resistência”, destacou a procuradora da República Débora Duprat, quarta convidada da mesa.

Para a vice-presidente da

SBPC, Fernanda Sobral, os últimos anos foram de retrocessos para a liberdade de ideias e de expressão, essenciais ao desenvolvimento do trabalho científico. Também da SBPC, a antropóloga Maria Filomena Gregori apontou na mesma direção: “Nos últimos anos, as garantias constitucionais em defesa da Ciência não têm sido observadas, sequer respeitadas”, alertou.

O questionário da pesquisa “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?” é voltado para toda comunidade acadêmica. E pode ser respondido de forma anônima pelo link <https://pt.surveymonkey.com/r/CYCS3YB>. O preenchimento não leva mais do que dez minutos.



Artigo

FELIPE ROSA

Professor do Instituto de Física da UFRJ e vice-presidente da AdUFRJ

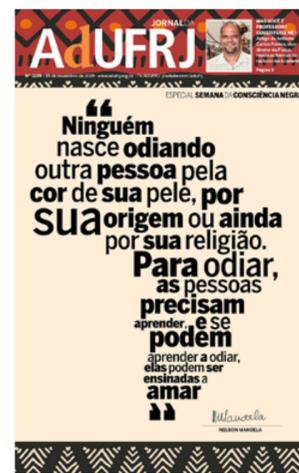
PRECISAMOS FALAR SOBRE RACISMO



Não é fácil datar a história do Brasil. Tivemos migrações para as Américas desde pelo menos o Paleolítico Superior, o estabelecimento de civilizações originárias desde ao menos o II milênio a. C., a chegada de navegadores portugueses na virada do séc. XVI, a formação de um governo geral 50 anos depois, a vinda da Família Real e subsequente processo de independência no início do séc. XIX. Entretanto, frequentemente esquecido nessa lista de marcos cronológicos está, provavelmente ali no final da década de 1530, o primeiro navio negreiro a aportar em nossas terras. Esse foi o início do terrível processo de tráfico e escravização de negros no Brasil, que nos próximos cinco séculos forjaria abjeta e indelevelmente a nossa existência.

A escravidão durou formalmente até 1888, ou seja, foram mais de trezentos anos de comunidades inteiras arrancadas de seu continente de origem e descarregadas aqui no Brasil, onde deveriam viver em cativeiro para sempre. Estima-se que mais de 12 milhões de pessoas tenham sido deportadas para as Américas, das quais 5 milhões foram desembarcadas em portos brasileiros. Tais cifras talvez não causem muito impacto em quem está acostumado com os padrões populacionais contemporâneos, então não custa lembrar: de cada 100 pessoas que chegaram ao Brasil entre 1500 e 1850, aproximadamente 85 eram africanas. No final do séc. XVII, cinco em cada seis pessoas eram escravizadas no Rio de Janeiro, seis em cada sete em São Paulo. A história do nosso povo é, de fato, a vida e obra dessa multidão de esquecidos, coadjuvada por alguns europeus da península Ibérica.

Tal experiência brutal de discriminação, em seus números e afetos, cava fundo na alma da sociedade brasileira, e lá se estrutura. E se alimenta. E permanece. Já se passaram mais de 130 anos da Lei Áurea, mas nossa sociedade segregada está aí para quem quiser ver, basta reparar a cor de quem está nos sinais de trânsito e nos salões das magistraturas. E nesse momento precisamos falar da universidade brasileira. Nós, da comunidade universitária, nos orgulhamos de ter um ambiente progressista, no qual existe uma ativa conscientização e combate ao racismo. Houve, inclusive, algumas vitórias objetivamente significativas, como a introdução de cotas raciais nos



No final do séc. XVII, cinco em cada seis pessoas eram escravas no Rio de Janeiro, seis em cada sete em São Paulo. A história do nosso povo é, de fato, a vida e obra dessa multidão de esquecidos, coadjuvada por alguns europeus da península Ibérica. Tal experiência brutal de discriminação, em seus números e afetos, cava fundo na alma da sociedade brasileira, e lá se estrutura.

vestibulares e concursos, assim como de comissões de heteroidentificação. Contudo, apesar dos perceptíveis avanços na ocupação do espaço universitário por alunos e alunas negras, o mesmo não pode ser dito da categoria docente: menos de 5% dos professores universitários são negros, uma porcentagem não muito diferente da época da fundação das primeiras universidades públicas. Isso deveria ser causa de grande inquietação entre nós, mas infelizmente não nos mobiliza tanto para aqueles que mais sofrem com essa desigualdade. Apesar de nosso progresso, claramente ainda temos muito chão pela frente.

Pois bem, chegamos então ao dia 11 de agosto de 2021. Nesta data, o Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) realizou uma reunião com o intuito de

organizar um concurso vindouro e, em particular, formar uma banca. A reunião transcorreu de forma bastante tensa – foi, inclusive, interrompida pelo menos uma vez – e, em dado momento, um limite teria sido cruzado: um dos professores presentes se sentiu atingido por ofensas racistas. Não temos um relato claro de como a reunião se desenrolou a partir daí, mas o fato é que alguns dias depois, mais exatamente a 23 de agosto, o Coletivo de Docentes Negras e Negros da UFRJ solicitou em nota uma investigação oficial sobre o ocorrido. De acordo com uma nota oficial da reitoria da UFRJ, uma denúncia formal foi feita no dia 26, e uma comissão de sindicância já foi instalada no dia 27. A esta cabe investigar a materialidade da denúncia, ouvir as partes e, se for o caso, recomendar uma punição, que pode ir da advertência à abertura de um processo administrativo disciplinar (PAD), que por sua vez pode levar a penas mais sérias, inclusive à exoneração.

Nós, da AdUFRJ, reafirmamos a nossa posição antirracista inegociável. Em nosso mandato foram dois anos de interação muito fecunda com o movimento negro, seja no Cineclub, no Festival do Conhecimento, nos apoios e parcerias ao longo de uma intensa agenda de atos e manifestações. Comemoramos juntos a aprovação da nova regra de cotas para os concursos, e lamentamos juntos a nomeação de Sergio Camargo para a Fundação Palmares. Não aceitaremos calados nenhum retrocesso das conquistas tão sofridas que tornam nossa sociedade um pouquinho menos racista. Ao mesmo tempo, reivindicamos enfaticamente que as instâncias competentes apurem o acontecido da forma mais rápida e minuciosa possível, reiterando nosso compromisso com o devido processo administrativo e/ou legal. Assim como não arredamos pé de nossa solidariedade antirracista, não ratificaremos pré-julgamentos nem condenações sumárias, até porque já vimos no passado recente onde leva tal caminho.

Por fim, conclamamos nossos associados e associadas a refletir sobre a questão racial no contexto político atual. Estamos sob a égide de um presidente escancaradamente racista, que patrocina abertamente a naturalização do racismo não apenas contra negros, mas contra índios, chineses e a quem mais não se adeque ao seu patético “Trampi, ai lóvi iu!”. O momento é muito grave, e divisões entre nós não ajudam em absolutamente nada.

NOTA DA DIRETORIA DA ADUFRJ

Rio de Janeiro, 26 /08/ 2021

Uma petição, organizada pelo Coletivo de Docentes Negras e Negros da UFRJ que denuncia e pede investigação de caso de racismo ocorrido no Departamento de Ciência Política, no IFCS/UFRJ, começou a circular no dia 24 de

agosto e rapidamente alcançou grande repercussão. O fato, por si só, se reveste da maior importância, pois revela a existência de um amplo comprometimento da comunidade universitária com a luta antirracista. Uma manifestação imediata tão significativa favorável à investigação é fruto de uma árdua luta no interior da

universidade para que o racismo estrutural seja enfrentado onde quer que se manifeste. A apuração do caso deve acontecer o mais rápido possível, para que não haja pré-julgamentos e condenações antecipadas, uma vez que existe uma controvérsia acerca do ocorrido entre os participantes da reunião. Por

isso acreditamos que a instalação de uma comissão de sindicância para que tudo seja investigado é a medida mais importante a ser tomada agora, tendo inclusive assegurado a todos o direito ao contraditório e ampla defesa. Nossa entidade sindical segue em defesa do justo e do humanitário para todas e todos.

 ELEIÇÕES >> AdUFRJ

POR QUE O PROFESSOR DEVE SE SINDICALIZAR?

CHAPA 1 – DOCENTES PELA DEMOCRACIA: EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA



JOÃO TORRES DE MELLO NETO
Presidente

Professor titular do Instituto de Física



MAYRA GOULART
1ª Vice-presidente

Professora adjunta do Departamento de Ciência Política do IFCS



RICARDO MEDRONHO
2º Vice-presidente

Professor Emérito da Escola de Química



ANA LÚCIA CUNHA FERNANDES
1ª Secretária

Professora associada da Faculdade de Educação



KARINE DA SILVA VERDOORN
2ª Secretária

Professora adjunta de Fisiologia Humana do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macacé



NEDIR DO ESPÍRITO SANTO
1ª Tesoureira

Professora associada do Instituto de Matemática



ELEONORA KURTENBACH
2ª Tesoureira

Professora associada do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

 ELEIÇÕES >> AdUFRJ

CHAPA 2 – ESPERANÇAR: UNIVERSIDADE PÚBLICA E SINDICATO AUTÔNOMO, SIM!



CLÁUDIA LINO PICCININI
Presidente

Professora associada da Faculdade de Educação. Coordenadora do GT Trabalho e Formação de Professores do COLEMARX



FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
1ª Vice-presidente

Professora adjunta do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos



CLEUSA SANTOS
2ª Vice-presidente

Professora titular aposentada da Escola de Serviço Social, ex-diretora da AdUFRJ



EDUARDO JOSÉ PEREIRA MAIA
1º Secretário

Professor adjunto do Instituto de Geociências, Diretor Adjunto de Graduação do IGEO



MAYA INBAR
2ª Secretária

Professora do setor de Artes Visuais do Colégio de Aplicação, carreira do ensino básico, técnico e tecnológico



JOSÉ HENRIQUE ERTHAL SANGLARD
1º Tesoureiro

Professor adjunto da Escola Politécnica, ex-diretor da AdUFRJ



LUIS EDUARDO ACOSTA
2º Tesoureiro

Professor associado da Escola de Serviço Social, ex-diretor da AdUFRJ

LUTA, SERVIÇOS E SAMBA NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE DE RESPEITO E HARMONIA



A nossa AdUFRJ tem por missão fundamental defender os direitos profissionais e trabalhistas dos docentes da UFRJ. Esta defesa se dá em vários níveis, desde a luta articulada nacionalmente pelo Andes quanto em outras frentes como o Observatório do Conhecimento, a SBPC e outras entidades nacionais e se insere numa luta mais ampla pela valorização do trabalho docente e pela valorização do papel da universidade.

A PEC 32/2020, chamada PEC da reforma administrativa, trabalha com a hipótese de que a administração pública é ineficiente e o real problema da administração é o servidor público. O projeto acaba com a estabilidade, extingue promoções consideradas automáticas (que no nosso caso passam por avaliação) e outros benefícios. Só os novos servidores serão afetados. A PEC não mexe nas regras para os militares, magistrados e membros do Ministério Público, exa-

tamente as categorias que têm maior remuneração e mais benefícios no setor público. Lutar contra a PEC 32 é assegurar que os futuros jovens professores e professoras tenham uma perspectiva de carreira minimamente satisfatória no futuro.

Neste sentido, um dos problemas mais urgentes é a estrutura salarial da carreira, onde os jovens professores ganham proporcionalmente muito menos do que os professores mais estabelecidos. Há um salto salarial entre os níveis de adjunto e associado que é prejudicial aos jovens professores. Temos a firme convicção que este assunto deve ser rediscutido e esperamos que a AdUFRJ tenha um papel de liderança nesta questão.

É importante promover um melhor acolhimento dos professores e das professoras recém-contratados: eles e elas devem ser recepcionados pela AdUFRJ em eventos nos quais sejam apresentadas as questões do estágio probatório e da carreira do magistério federal.

Um dos problemas que muitos docentes da UFRJ enfrentam é a dificuldade em receber o adicional de insalubridade. Embora a atual diretoria da AdUFRJ tenha se esforçado bastante para resolver este problema, os resultados não têm sido satisfatórios. Pretendemos retomar e intensificar o trabalho da atual diretoria e, se necessário, entrar com ações judiciais específicas para esta demanda.

Não sustentamos a falsa dicotomia entre um sindicato "de luta" e um sindicato "assistencialista". Entendemos que um sindicato deve lutar na arena política, negociar com a reitoria, com o Executivo, com o Legislativo e levar os pleitos dos

professores para a rua e a mídia, organizar e participar de atos contra governos autoritários e que desprezam a Educação e a Ciência. No entanto, nenhuma destas ações se contrapõe ao oferecimento de vantagens exclusivas para os sindicalizados como convênios com empresas principalmente voltadas para a saúde e educação. Muito pelo contrário, essas parcerias valorizam os professores individualmente e no coletivo, uma vez que podem atrair mais docentes para o sindicato e, conseqüentemente, aumentar o seu poder de ação.

A atual administração da AdUFRJ iniciou um projeto de convênios no setor de serviços que pode representar um ganho considerável para o filiado ao sindicato de todos os campi. Os convênios não trazem benefícios financeiros para a AdUFRJ. Alguns dos convênios são estabelecidos também como forma de fortalecer algumas empresas sociais como o MST e a agricultura de produtos orgânicos. Já estão à disposição descontos em atendimentos de saúde, educação e bem-estar. Consideramos que esta iniciativa, também utilizada por outras Ads, é muito louável e pretendemos ampliá-la com oferecimento de convênios em várias áreas. Temos depoimentos de filiados que afirmam que o benefício financeiro de um único convênio já ultrapassa a contribuição sindical. Pretendemos buscar convênios com redes de farmácias e demais serviços voltados para os professores de idade mais avançada.

O momento é particularmente delicado para todas e todos em função da pandemia e do cenário político do país.

Acreditamos que o sindicato também deva ser um espaço de convivência prazeroso para os seus filiados. Pretendemos organizar encontros sociais com feijoadas, samba, feiras de arte, ciência e atividades esportivas com o objetivo de promover a integração entre os vários campi da UFRJ. Os eventos deste tipo organizados no passado deixaram saudades, principalmente agora neste tempo de pandemia! As últimas administrações da AdUFRJ têm proposto a construção de uma sede. O projeto está parado devido às incertezas do atual momento político. Supondo que o cenário seja mais favorável ano que vem, pretendemos retomar a proposta da sede com muito entusiasmo.

O combate ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia deve ser contínuo e não esperar que surjam situações em que eles se mostrem presentes numa comunidade. Ainda que seja preciso compreender a dificuldade de se mudar profundamente a cultura racista e outras formas de preconceito tão arraigadas na sociedade, no âmbito da Universidade temos que ser vigilantes quanto ao cumprimento pela instituição dos procedimentos legais diante de denúncias de racismo e, principalmente, empreender ações pedagógicas para aumentar a consciência sobre essas questões e promover um ambiente de respeito e harmonia no trabalho.

Como apoio imediato ao professor que sofrer qualquer tipo de discriminação, pretendemos criar um canal de acolhimento e de orientação quanto aos procedimentos legais para garantia de seus direitos.

UM SINDICATO AUTÔNOMO E FORTALECIDO NA UNIDADE DA LUTA: JUNTOS, ESPERANÇAMOS!



A docência é um ato dialógico: ensinar, pesquisar e realizar extensão não se esgota no indivíduo. Docentes são sujeitos que, no coletivo, escrevem a história da universidade pública, da democracia e da profissão.

Se filiar à AdUFRJ-SSind é um gesto que amplia o pertencimento a uma categoria estratégica para o país. Não é possível ser docente insulado no individualismo, ainda que em um setor curricular ou departamento. A plenitude da docência somente é possível combinando a individualidade com os diálogos intersubjetivos que caracterizam a vida universitária. É também um ato que nos coloca em diálogo permanente com as gerações que nos antecederam, em tempos difíceis, na construção da UFRJ e, ao mesmo tempo, aos que chegam agora (e chegarão) à universidade.

Só nos é possível ser plenamente docentes e expressar nossa individualidade em um movimento coletivo que, por

gerações, pratica o apaixonante fazer universitário nas grandes lutas e causas que definem o futuro das universidades públicas.

No diálogo com professores mais antigos, restabelecemos a conexão entre as gerações, fortalecendo as lutas pela paridade entre os ativos e os aposentados, pela isonomia entre as carreiras, ampliando os espaços de convivência cultural, política e de afetos. Com a nova geração, é preciso enfrentar a herança dos que, em nome de pequenas conquistas econômicas, aceitaram o fim da aposentadoria integral dos novos docentes.

Entre nossas propostas, defendemos a construção de uma pauta de luta local: contra o assédio moral, o assédio sexual, o capacitismo e a discriminação étnico-racial e de gênero. Somos a favor de condições adequadas de trabalho, de segurança nos campi, de simplificação da burocracia no acesso a direitos, tais como aposentadoria, afastamentos, licenças, promoção e progressão na carreira docente.

No encontro de gerações, esperamos garantir a democracia, a universidade pública e gratuita como dever do Estado, fortalecendo o aparato de fomento à ciência e à tecnologia para que as mais nobres funções públicas possam ser viabilizadas. Além disso, defendemos a criação de estratégias para que a carreira e as condições de vida dos docentes assegurem meios para que todos possam se dedicar de modo vigoroso ao labor universitário.

O governo Bolsonaro/Mourão vem atuando diuturnamente para extinguir a autonomia universitária e inviabilizar a

carreira dos servidores públicos por meio das contrarreformas administrativa, da previdência, da legislação trabalhista, erodindo as bases materiais e simbólicas das Universidades Públicas, que produzem mais de 90% da ciência brasileira. Para fazer frente a essa conjuntura, precisamos restabelecer o diálogo com o conjunto do Andes-SN e se somar às entidades democráticas que zelam pelos direitos humanos e sociais. Nesse sentido, é preciso retomar na AdUFRJ-SSind os grupos de trabalho temáticos, articulados aos do Andes-SN, que têm como objetivo produzir e divulgar análises das diversas políticas e dimensões do Sindicato. Os GTs fortalecerão a participação dos docentes nas instâncias do Andes-SN (congressos, Conad, seminários, e outras). Além disso, defendemos que a AdUFRJ-SSind deva organizar e incentivar a participação docente em cursos de formação político-sindical (no Andes-SN, nas regionais e seções sindicais).

Somente enfrentaremos a política de destruição do governo Bolsonaro se aliados à cidadania democrática do país, praticando a unidade indispensável para assegurar a democracia e os direitos sociais no Brasil. Com um sindicato combativo, classista, autônomo em relação aos governos, aos partidos e à reitoria, seremos mais fortes para, coletivamente, defendermos a universidade pública e os direitos conquistados pela categoria docente e demais trabalhadores do país!

Precisamos fortalecer os espaços de participação para que possamos lutar pela universidade pública e gratuita. Entre as propostas de nosso programa, destacamos a necessidade de fortalecer

a democracia interna e a participação dos docentes nas instâncias da seção sindical (assembleias deliberativas multicampi, conselho de representantes, reuniões de unidades e grupos de trabalho locais). Para esse fortalecimento da participação, queremos debater a viabilidade da criação de uma sede sindical própria, com auditório, espaço gastronômico e a implementação de salas multifuncionais com estruturas inclusivas e acessíveis para a realização de assembleias, cursos, exposições, eventos sociais, culturais e atividades de lazer.

Também defendemos o jornal da AdUFRJ-SSind como instrumento de comunicação sindical crítica. No sentido de ampliar a participação docente no sindicato, proporemos a publicação de uma revista da seção sindical de alto padrão de qualidade gráfica e de conteúdo, que deverá ser construída no diálogo das diferentes áreas acadêmicas com as políticas em curso e os debates sindicais. Ainda, uma boa comunicação nas mídias sociais se faz imprescindível com informação em tempo real que nos mobilize frente aos ataques que vimos seguidamente enfrentando.

Sem a participação das/dos docentes ativos e aposentados, nossas lutas serão enfraquecidas. Construir a AdUFRJ-SSind é um ato de amor e companheirismo com os demais colegas; ninguém solta a mão de ninguém! Juntos, somos maiores; juntos, somos mais felizes; juntos, somos mais companheiras/os das grandes lutas; juntos, Esperançamos! Essa é a AdUFRJ-SSind que a Chapa 2 quer resgatar, junto com as/os docentes que lutaram e lutam por uma sociedade mais justa!

UFRJ NO MAPA DO CLIMA

> Duas pesquisadoras da universidade participaram da elaboração do relatório do IPCC que traçou um tenso perfil do impacto das mudanças climáticas para o planeta e contam como foi o trabalho

LUCAS ABREU
lucas@adufrj.org.br

As mudanças climáticas são um problema grave a ser enfrentado pela humanidade. Quem diz isso é um grupo de centenas de cientistas espalhados por todo o mundo, que atua em conjunto no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (da sigla em inglês IPCC) das Nações Unidas. O painel conta com a participação de professores da UFRJ, referências nas suas áreas de pesquisa, mostrando a excelência da universidade. O painel apresentou um novo relatório, no dia 9 de agosto, fruto de um enorme trabalho coletivo. O **Jornal da AdUFRJ** conversou com duas pesquisadoras da UFRJ que integram o IPCC para saber como é construído um trabalho dessa dimensão.

Claudine Dereczynski é professora do Departamento de Meteorologia do Instituto de Geociências da UFRJ. Foi a sua primeira colaboração para o IPCC, e para integrar o time de pesquisadores do painel a professora concorreu com 900 cientistas por 250 vagas. Em outubro de 2017, ela se candidatou a uma das vagas para produzir o sexto Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC. “Me candidatei como *lead author* do capítulo sobre extremos climáticos, e em fevereiro de 2018 recebi a notícia que fui selecionada”, contou a professora.

O IPCC é dividido em três grupos de trabalho. O Grupo 1 é responsável pelas

análises das bases físicas e científicas das mudanças do clima. O Grupo 2 estuda o impacto da mudança do clima na sociedade e ecossistemas, e o Grupo 3 analisa as estratégias de mitigação das mudanças climáticas. Claudine faz parte do primeiro grupo. “O que nós fazemos é uma avaliação de tudo o que foi publicado desde o último relatório, em 2013, até o presente”, explicou a professora. O primeiro relatório do IPCC foi publicado em 1990, e a cada ciclo de aproximadamente cinco anos, um novo documento é elaborado.

No papel de *lead author*, Claudine foi responsável pelo capítulo II, sobre eventos extremos, como picos de temperatura, de chuvas e fenômenos climáticos como furacões, e qual é a projeção para o futuro. “Eu coordenei a seção II.9 no meu capítulo e o time de pesquisadores da América do Sul”, contou a professora, que já pesquisava o tema desde o começo dos anos 2000.

“Eu já fazia trabalhos com mudança climática, sobre detecção das mudanças climáticas no Brasil e América do Sul. Para nós que trabalhamos com mudanças climáticas, esse relatório do IPCC é a palavra final, o que há de mais importante sobre o tema, uma referência muito forte”, avaliou Claudine. Ela concorda que a dinâmica de trabalho e pesquisa cria um ciclo virtuoso de progresso da Ciência, porque as lacunas de um relatório anterior tendem a ser preenchidas no seguinte. “A cada ano vai melhorando. Outros pesquisadores ficam interessados e vão pesquisar sobre os assuntos para os quais faltaram dados no ciclo atual de elaboração do relatório”, contou.

Embora enriquecedora do ponto de

vista científico, a experiência de trabalhar em conjunto com pesquisadores de todo o mundo não é fácil, e tudo ficou mais difícil com a pandemia. O grupo chegou a fazer três encontros presenciais, mas um quarto encontro foi descartado. “As reuniões online eram muito prejudicadas pela diferença de fuso horário dos autores. O encontro que era presencial e duraria uma semana, teve que durar um mês online, para diminuir o cansaço”, relatou.

PRESENÇA BRASILEIRA

A vice-diretora da Coppe, Suzana Khan Ribeiro, também reconheceu os impedimentos impostos pela pandemia ao trabalho do IPCC. “A pandemia dificultou muito o trabalho, principalmente para os países em desenvolvimento porque é preciso um bom acesso à internet”, disse a pesquisadora, que participa do IPCC desde o terceiro relatório, publicado em 2001. “Há ainda a questão da língua. Usamos o inglês, e uma coisa é falar uma língua estrangeira pessoalmente, outra por videoconferência, onde se perde um pouco da linguagem corporal”, explicou.

Suzana está no Grupo 3 e é responsável pelo capítulo que apresenta opções de tecnologias para o setor de transportes, como a eletrificação, uso do hidrogênio como combustível, cidades inteligentes e utilização mais eficiente do solo, mas não pôde dar mais detalhes em respeito ao compromisso de confidencialidade assumido com o IPCC.

Trabalhando junto ao IPCC há mais de 20 anos, Suzana é testemunha da mudança de papel que o Brasil teve na discussão sobre o clima. “Quando participei da

primeira vez, o Brasil era muito ativo nas negociações climáticas, e não tinha tanta gente trabalhando com mudanças climáticas naquela época, o país participava muito desses debates”, contou a professora. “Como eu participava muito dessas discussões, fui chamada para contribuir na questão da transferência de tecnologia, principalmente na questão do etanol e do BRT de Curitiba, casos em que o Brasil era exemplo”, complementou. Na opinião da pesquisadora, é um desastre que o Brasil tenha perdido seu protagonismo nas discussões climáticas, mas ainda é possível reverter o quadro. “É uma situação ruim. Acho que ainda é possível retomar, mas estamos perdendo muito espaço no fórum internacional”, avaliou.

A presença de pesquisadores brasileiros no painel há tanto tempo ajuda a criar uma cultura de pesquisa sobre o tema no país, mas é pouco. “Sem recursos, sem condições de as pessoas se dedicarem às suas pesquisas, é muito difícil”, disse Suzana, reconhecendo a crise pela qual passa a pesquisa brasileira, e o não reconhecimento da emergência climática por parte da esfera pública. “Ainda temos muitos pesquisadores trabalhando, quase como teimosia, mas é uma perda irreparável para a nossa pesquisa e para a nossa política”, explicou. Na sua visão, as discussões sobre mudanças climáticas não tratam apenas do planeta, mas de economia, de processo de desenvolvimento e de pensar o futuro da sociedade, mas a tarefa é inglória. “É muito frustrante ser cientista do clima, porque não tem eco na sociedade, ainda mais na atual conjuntura”, resumiu.

URGÊNCIA CLIMÁTICA

O aquecimento da temperatura do planeta é um fato, os efeitos serão catastróficos para a humanidade e o curso da sociedade deve mudar imediatamente para que haja uma redução desses impactos. Assim pode ser resumido o Relatório de Avaliação 6 do Grupo 1 do IPCC, que analisa as mudanças climáticas pelas quais passa o planeta. O físico Paulo Artaxo, professor da USP e um dos cientistas colaboradores do painel, apresentou os

resultados em um colóquio virtual organizado pelo Instituto de Física da UFRJ, no último dia 19.

O pesquisador começou a sua fala apresentando a abordagem direta da comunicação que o IPCC adotou na apresentação do texto mais recente, efeito da urgência imposta pela velocidade das mudanças. O relatório apresenta algumas frases importantes, que passam o senso de urgência e que foram apresentadas pelo físico. Entre elas:

“Mudanças recentes no clima são generalizadas, rápidas e intensificadas e sem precedentes em pelo menos 6,5 mil anos”.

“É indiscutível que as atividades humanas estão causando mudanças climáticas, tornando eventos climáticos extremos, incluindo ondas de calor, chuvas fortes e secas, mais frequentes e severas”.

“Todas as regiões do globo já são afetadas por eventos extremos como ondas de calor, chuvas fortes, secas e ciclones tropicais pro-

vocadas pelo aquecimento global”.

“Cada uma das últimas quatro décadas foi sucessivamente mais quente do que qualquer outra década que a precedeu desde 1850”.

“A menos que haja reduções imediatas rápidas e em larga escala nas emissões de gases de efeito estufa, limitar o aquecimento a 1,5°C pode ser impossível”.

Artaxo também apresentou uma correlação entre o crescimento de tendências socioeconômicas, como a população urbana, uso

da água e de fertilizantes, com fenômenos que aumentam o aquecimento do planeta, como a emissão de gases do efeito estufa e a diminuição de área de floresta tropical. “Em um planeta onde você tem recursos naturais finitos, não existe crescimento exponencial *ad infinitum*”, explicou o professor. “Estamos no antropoceno, a era em que os humanos se tornaram uma força geofísica planetária”, concluiu.

HOMENAGEM

ADEUS AO MESTRE NILSON LAGE



Mestre de várias gerações de jornalistas no Brasil, o professor Nilson Lage faleceu na segunda-feira (23), aos 84 anos. Graduado em Letras, mestre em Comunicação, doutor em Linguística e Filologia (todos pela UFRJ), Nilson começou a carreira de professor no início dos anos 1970, no Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS/UFF), onde permaneceu até 1988. Foi docente do curso de Jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ (ECO), entre 1977 e 1991. Aposentou-se em 2006, como professor titular do Departamento de Jornalismo da UFSC, onde ainda atuava como colaborador voluntário na pós-graduação. Trabalhou nos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Diário Carioca e Última Hora, além da TV Educativa (TVE). É autor de obras de referência como “Ideologia e técnica da notícia” (Vozes, 1979), “Linguagem jornalística” (Ática, 1986) e “Controle da opinião pública” (Vozes, 1998).

MARLENE DE CASTRO CORREIA: POESIA E SAUDADE



A AdUFRJ lamenta a morte de Marlene de Castro Correia, professora emérita da Faculdade de Letras da UFRJ, no último dia 24. Especialista em Literatura Brasileira, Marlene ministrava aulas desde 1955 na universidade, onde tornou-se professora emérita em 1993. Amante da poesia e uma das maiores estudiosas da obra de Carlos Drummond de Andrade, a docente teve diversos artigos e ensaios publicados em periódicos nacionais e internacionais. Entre suas principais realizações estão os livros “Drummond, a magia lúcida” (Jorge Zahar, 2002), “Poesia de dois Andrades” (Azougue, 2010) e “Drummond: jogo e confissão” (IMS, 2015). Seu último livro foi “Coletânea de ensaios de Marlene de Castro Correia”, publicado pelo Instituto Moreira Salles (IMS). A Literatura e a Ciência brasileiras sentem a sua partida. A AdUFRJ se solidariza com seus familiares e amigos.